



ESPECIALIZAÇÃO EM

Regime Jurídico dos Agentes e Gestores Públicos

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Março de 2009 a Março de 2010

Coordenação:

**INSTITUTO DE DIREITO ADMINISTRATIVO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IDAERJ**

Sonia Maria Gonçalves de Carvalho

Paulo César Melo da Cunha

Descrição e Objetivos do Curso

Apresentação de toda a regulamentação jurídica pertinente aos agentes públicos em geral.

Estrutura do Curso

Carga Horária: 15 módulos, com aulas expositivas e estudos de casos, com exercícios e discussões.

Avaliação

TCC – Monografia (tema livre dentro do programa apresentado)

Público-alvo

O curso destina-se, principalmente, a advogados e servidores públicos.

Metodologia

Aulas expositivas, debates, estudos de casos e exercícios.

Aulas

Carga horária: 360 horas/aula (90 aulas e 1 conferência)



CORPO DOCENTE

Aline Paola Correa Braga Camara de Almeida

Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Procuradora do Estado do Rio de Janeiro. Sócia do Escritório Juruena & Associados – Advogados. Advogada da Confederação Nacional da Indústria. Professora dos cursos de Pós-graduação da Fundação Getulio Vargas – FGV, da Universidade Federal Fluminense - UFF e da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Augusto Henrique Pereira de Souza Werneck Martins

Mestre em Direito pela PUC-RJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Ex-Secretário Municipal de Administração. Ex-Secretário de Estado de Administração. Ex-Secretário Municipal de Trabalho.

Bruno Boquimpani Silva

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Direito Societário e Mercado de Capitais pela FGV/RJ. Advogado.

Bruno Teixeira Dubeux

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Políticas Públicas e Processo pela FDC-Campos. Advogado.

Cristiano Franco Martins

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito Público pela UERJ. Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado da Casa Civil. Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Professor e Coordenador da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro no período de 2006/2007. Professor da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Professor de cursos preparatórios para carreiras jurídicas e concursos públicos.

Farlei Martins Riccio de Oliveira

Advogado da União. Professor da UCAM-Centro.

Felipe Derbli

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito Público pela UERJ. Professor da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Professor da Pós-graduação em Direito da Fundação Getulio Vargas – FGV. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação da UCAM-Centro e do Centro de Estudos Jurídicos 11 de Agosto. Diretor Jurídico do



Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA.

Fernanda de Freitas Leitão

Ex- Procuradora do Estado e Tabeliã do 15º Ofício de Notas.

Fernando Barbalho Martins

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito Público pela UERJ. Professor da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, da Fundação Getulio Vargas – FGV e do Núcleo de Treinamento Tecnológico - NTT. Sócio do Escritório de Advocacia Espíndola, Barbalho & Bucar

Flávio Amaral Garcia

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito da Empresa e Tributação pela UCAM. Professor da Pós-Graduação de Direito Administrativo da UERJ; UFF; da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro e da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas - FGV. Consultor Jurídico. Sócio do Escritório Juruena & Associados – Advogados.

Flávio de Araújo Willeman

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela Universidade Candido Mendes. Professor dos cursos de Pós-Graduação da Universidade Candido Mendes, da FGV, da UFF e da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Advogado.

Francisco Mauro Dias

Membro do Comitê de Honra do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro - IDAERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro (aposentado). Procurador da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (aposentado). Ex- Secretário de Estado de Administração. Professor dos Mestrados em Direito da Universidade Gama Filho e PUC-RJ.

Humberto Ribeiro Soares

Procurador do Estado do Rio de Janeiro

Jessé Torres Pereira Junior

Desembargador. Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Membro do Comitê de Honra do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro - IDAERJ.

José dos Santos Carvalho Filho

Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela UFRJ. Professor de Direito Administrativo e Constitucional dos cursos de pós-graduação da UFF, UCAM, UNESA e Faculdade de Direito de Campos, integrando, também, o corpo docente da EMERJ, EMATRA e FEMPERJ.

Leonardo Mattioto

Doutor em Direito Civil pela UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

Marcos Juruena Villela Souto

Doutor em Direito. Professor do Mestrado em Direito das Universidades Candido Mendes e Gama Filho. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Presidente da Comissão de Direito Administrativo do IAB. Coordenador-Geral do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro - IDAERJ.

Marianna Montebello Willeman

Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela PUC-RJ. Professora da Graduação da PUC-RJ. Professora dos cursos de Pós-Graduação da FGV, da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro e da UFF.

Mauricio Carlos Ribeiro

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito Público pela UERJ. Pós-graduado em Direito da Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Políticas Públicas e Governo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da EMERJ, da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro e do programa de pós-graduação em Direito Público e Tributário e em Direito do Trabalho da Universidade Candido Mendes.

Paolo Henrique Spilotros Costa

Procurador do Estado, Mestre em Direito, Professor dos Cursos de Pós Graduação da UFF e da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Patrícia Ferreira Baptista

Procuradora do Estado do Rio de Janeiro; Doutora em Direito pela USP. Mestre em Direito pela UERJ; Doutoranda em Direito (USP); Professora da UERJ, do programa de pós-graduação da UCAM e da



Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Paulo César Melo da Cunha

Mestre em Direito da Empresa e Tributação pela UCAM/RJ. Sócio do Escritório Juruena & Associados – Advogados. Professor da Pós-graduação em Direito do Estado e da Regulação – FGV. Assessor Jurídico do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Atuação anterior na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e em concessionárias de serviço público.

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Procurador do Município do Rio de Janeiro; Mestre em Direito Constitucional pela PUC/RJ; Professor da EMERJ e do Praetorium

Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas

Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/RJ. Professor do LLM em Direito Empresarial – IBMEC. Advogado.

Ronaldo Eduardo Cramer Veiga

Procurador-Geral da OAB/RJ

Sonia Maria Gonçalves de Carvalho

Procuradora do Estado do Rio de Janeiro (aposentada). Professora da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro e do Núcleo de Pós-Graduação da Universidade Candido Mendes. MBA em Direito da Economia e da Empresa pela FGV.

Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho

Procuradora do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Administração Pública pela UGF; Professora da UGF e da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Vanice Regina Lírio do Valle

Procuradora do Município do Rio de Janeiro. Doutora em Direito pela UGF. Professora do Mestrado em Direito da Universidade Estácio de Sá. Ex-Secretária de Estado de Administração e Reestruturação do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ex-Secretária Municipal de Administração da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Victor Farjalla



Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Relações Sindicais e Negociação Coletiva pela Universidade Cândido Mendes. Professor em cursos de Pós-graduação da UERJ, FGV e da Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Presidente da Comissão Permanente de Direito do Trabalho do Instituto dos Advogados Brasileiros. Secretário do Núcleo Rio do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública.

TEMÁRIO DAS AULAS¹

**AULA INAUGURAL – Regime Jurídico Constitucional dos Servidores: Evolução, Avanços e Retrocessos. (09/03/09 – 2ª-feira)
Prof. Francisco Mauro Dias**

Módulo 1 – Regime Jurídico Constitucional dos Servidores Públicos

- 1.1. A relação estatutária: Características. Natureza Jurídica. Alteração e extinção da relação estatutária. A lei estatutária. Litígios entre o Estado e os servidores estatutários.
Prof. Sonia Maria Gonçalves de Carvalho
- 1.2. O Ingresso no Serviço Público: o concurso público – questões polêmicas. Requisitos e exigências. Acessibilidade. Requisitos de acesso. Limites à apreciação judicial. Limite de idade. Exames psicotécnicos. Exceções ao concurso público. Resultado. Invalidação do concurso.
Prof. Fabiana Andrada do Amaral Rudge
- 1.3. Cargo Público: Provimento do Cargo. Provimento originário e derivado. Investidura: Nomeação, Posse e Exercício. Estágio probatório e estágio confirmatório. Estabilidade. Conceito e requisitos. Formas de aquisição. Efetividade.
Prof. Fabiana Andrada do Amaral Rudge
- 1.4. Remoção, cessão, enquadramento e redistribuição dos servidores públicos. A criação, incorporação ou fusão de Estados e Municípios. Reingresso. Vacância. Direito Adquirido.
Prof. Fabiana Andrada do Amaral Rudge
- 1.5. Acumulação remunerada de cargos e empregos públicos.
Prof. Cristiano Franco Martins

¹ Sujeito a alterações.

- 1.6. A Extinção Do Vínculo: Demissão. Exoneração. Disponibilidade. Aposentadoria.

Prof. Fabiana Andrada do Amaral Rudge
(30/03/09 – 2ª-feira)

Módulo 2 - A Responsabilidade Constitucional e Fiscal dos Agentes Públicos

- 2.1. Finanças Públicas e Estado Democrático de Direito. A disciplina constitucional da atividade financeira do Estado. Normas gerais em matéria de finanças públicas. A Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Prof. Vanice Regina Lírio do Valle

- 2.2. Princípios informativos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Despesa de pessoal e seu histórico legislativo. Despesa de pessoal e os limites na LRF para as entidades federadas: a autonomia das pessoas políticas e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Despesa de pessoal e os limites na LRF entre os poderes: o problema do equilíbrio e harmonia. O limite de dispêndio do Legislativo Municipal..

Prof. Vanice Regina Lírio do Valle

- 2.3. Despesa de pessoal. A base de cálculo para observância dos limites. A terceirização de serviços e sua inclusão na despesa de pessoal. Geração de despesa com pessoal. Procedimentos prévios e presunção de nulidade e lesividade. O período suspeito e das despesas de pessoal.

Prof. Vanice Regina Lírio do Valle

- 2.4. Limite prudencial na despesa de pessoal, violação e efeitos. Limite máximo de despesa com pessoal, violação e efeitos. Controle da observância dos limites de despesa total com pessoal. Fatores de distorção do controle de despesa de pessoal: cessões e ressarcimento de pessoal. Os relatórios de acompanhamento.

Prof. Vanice Regina Lírio do Valle

- 2.5. Sistema constitucional de recondução da despesa de pessoal aos limites fixados pela LRF (art. 169 CF). Exoneração de servidores não estáveis. Perda do cargo pelos servidores estáveis.

Prof. Vanice Regina Lírio do Valle

- 2.6. Controle sobre a responsabilidade fiscal. Órgãos de controle na LRF: Agentes do controle: autoridade administrativa; Poder Legislativo; Tribunal de Contas; sociedade e outros órgãos de fiscalização. Instrumentos de controle. Sanções.

Prof. Vanice Regina Lírio do Valle

Módulo 3 – Os Direitos e Vantagens dos Servidores Públicos

- 3.1. Direitos e vantagens de ordem pecuniária. Os servidores públicos e o sistema constitucional de remuneração. Espécies remuneratórias. Remuneração. Vencimento. Vantagens Pecuniárias: Adicionais. Gratificações. Verbas Indenizatórias. Incorporação de Vantagens Pecuniárias à Remuneração.

Prof. Patrícia Ferreira Baptista

- 3.2. Subsídios. Os Agentes Públicos que percebem subsídios. A Parcela Única e as Vantagens Pecuniárias Constitucionais. Os ocupantes de cargo em comissão.

Prof. Patrícia Ferreira Baptista

- 3.3. A fixação da remuneração. O princípio da reserva legal para a criação e fixação de remunerações. A iniciativa privativa da lei que cria ou fixa as espécies remuneratórias. Emendas parlamentares e projetos de fixação e alteração de remuneração de servidores. Teto e limite remuneratório.

Prof. Cristiano Franco Martins

- 3.4. Revisão Remuneratória. Irredutibilidade. Isonomia. Vinculação.
A definir

- 3.5. Direitos Sociais dos Servidores. Direitos Constitucionais extensivos aos servidores. Associação Sindical e Direito de Greve.

A definir

- 3.6. Direitos de ausência ao serviço. Férias. Licenças. Afastamentos.
A definir

Módulo 4 – O Regime Disciplinar dos Servidores Públicos

4.1. O Processo Administrativo Disciplinar. Processo Administrativo Disciplinar. Sentido e Fundamento. Base Normativa. Objeto. Culpabilidade das condutas dos servidores. Espécies. A disciplina das Comissões Disciplinares.

Prof. Fernando Barbalho

4.2. Procedimento de Apuração. Meios Sumários.

Prof. Fernando Barbalho

4.3. As penalidades. Critérios para aplicação das penas. A aplicação das sanções. A prescrição da ação disciplinar.

Prof. Fernando Barbalho

4.4. Responsabilidade Civil: Responsabilização por danos causados a terceiros no exercício da atividade funcional. Teoria da culpa. Teoria do risco administrativo. Teoria do risco integral.

Prof. Bruno Dubeux

4.5. Responsabilidade Penal: Crimes Funcionais. Condenação. Absolvição. Crimes não-funcionais. Condenação. Absolvição na esfera administrativa.

Prof. Marcelo Lessa Bastos

4.6. Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa. Repercussão na Esfera Civil. Repercussão na Esfera Administrativa.

Prof. Marcelo Lessa Bastos

Módulo 5 – A responsabilidade Civil dos Agentes Públicos em geral

5.1. Responsabilidade do Estado por atos de juízes e parlamentares.

Prof. Carlos Gustavo Direito

5.2. Responsabilidade Civil do Estado por ato praticado por Cartório em regime jurídico de Direito Privado.

Prof. Jessé Torres Pereira Júnior

5.3. A responsabilidade Civil dos Agentes Reguladores.
Prof. Flávio Willeman

5.4. O Agente Político. Renúncia e exoneração. A responsabilidade do Presidente da República e dos Governadores. Os crimes de responsabilidade e o processo de *impeachment*. A perda do mandato.

Prof. Humberto Ribeiro Soares

5.5. Improbidade Administrativa – Legalidade, Moralidade e Probidade. Lei de Improbidade Administrativa – Competência para legislar sobre improbidade administrativa – Concomitância das instâncias penal, civil e administrativa – Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa – Agentes públicos abrangidos pelo regime estatuído na Lei de Improbidade Administrativa.

Prof. Humberto Ribeiro Soares

5.6. Atuação do Ministério Público Especial nos processos administrativos de controle da Administração Pública.

A Definir

Módulo 6 - O Regime Celetista e os Agentes Públicos

6.1. Direito administrativo do trabalho: Poder de polícia; Medidas preventivas e repressivas. Contrato de trabalho com a Administração Pública. Na Administração Direta, Autárquica e Fundacional. Nas estatais. Interesses em conflito e sua ponderação. Compatibilização dos princípios de Direito Administrativo e de Direito do Trabalho em sua aparente contradição. Restrições administrativas ao Direito do Trabalho.

Prof. Victor Farjalla

6.2. Regime trabalhista das empresas estatais – o regime jurídico dos dirigentes e do pessoal de apoio – remuneração – teto – demissão sem justa causa – emprego em comissão – requisição de servidores.

Prof. Victor Farjalla

6.3. Duração do trabalho. Regimes de duração do trabalho. Períodos de descanso. Flexibilização. Trabalho noturno. Remuneração. Princípios de proteção ao salário. Limitações remuneratórias na

Administração Pública. Salário mínimo, piso salarial e salário profissional.

Prof. Victor Farjalla

6.4. Extinção do contrato de trabalho. A extinção segundo o prazo do contrato e à sua causa. A dispensa arbitrária ou sem justa causa e a Administração Pública. Garantia de emprego e estabilidade provisória. Proteção ao dirigente sindical, à maternidade, ao cipeiro e ao acidentado. Justa causa para a dispensa. Critérios. Requisitos. A quitação relativa das obrigações contratuais

Prof. Victor Farjalla

6.5. Terceirização de serviços: Terceirização de serviços na Administração; Terceirização de serviços da Administração; Requisitos e responsabilidades. Enunciado n. 331 do TST; Cooperativas de trabalho.

Prof. Victor Farjalla

6.6. A Advocacia Pública e a Contratação de escritórios de advocacia pela Administração Pública.

Prof. Marcos Juruena Villela Souto

Módulo 7 – Agentes Públicos e Previdência

7.1. Seguridade Social. Previdência e Assistência Social. Previdência Social. Finalidade e princípios. Segurados obrigatórios. Financiamento da Seguridade Social. O sistema de seguridade social brasileiro. Formas básicas de organização previdenciária. Regimes de previdência. Regime de repartição. Regime de capitalização. Previdência do Servidor Público. Contributividade e solidariedade. Contributividade e benefícios. Contribuição dos inativos e dos pensionistas. Fundos previdenciários.

Prof. Sonia Maria Gonçalves de Carvalho

7.2. Aposentadoria do servidor público. Natureza jurídica. Aquisição do direito à aposentadoria. Expectativa de direito, direito subjetivo, direito adquirido. O ato de aposentadoria: Modalidades. Aposentadorias especiais. Reversão e cassação da aposentadoria. Controle da constitucionalidade do ato aposentatório pelos Tribunais de Contas. O controle da legalidade das aposentadorias pelos Tribunais de Contas.

Prof. Sonia Maria Gonçalves de Carvalho

7.3. Proventos. O cálculo dos proventos. Limites para os proventos. Cumulação de proventos. Reajuste dos proventos. Revisão de proventos. A paridade e a integralidade. A Regulamentação pela Lei nº 10.887/2004. Disponibilidade. Pressupostos. Incidência. Efeitos. A Questão dos Proventos.

Prof. Sonia Maria Gonçalves de Carvalho

7.4. O evento morte. Pensões. Sentido. Disciplina jurídica. Cálculo das pensões. Limites. Reajustamento. Direito adquirido. Reversão.

Prof. Sonia Maria Gonçalves de Carvalho

7.5. Regime complementar de previdência dos agentes públicos e regulação de fundos de previdência privada.

Prof. Flávio Martins Rodrigues

7.6. Gestão de ativos previdenciários - Fundos de Investimento Imobiliário.

Prof. Felipe Derbli

Módulo 8 – O Regime dos Autorizadores e Ordenadores de Despesas

8.1. A disciplina constitucional da atividade financeira do Estado. Diplomas normativos e ciclo orçamentário: O Plano plurianual. A Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Lei orçamentária Anual. Elaboração do orçamento e processo legislativo.

Prof. Vanessa Cerqueira R. de Carvalho

8.2. A Gestão financeira. Orçamento. A lei de Orçamento. Receita e despesa. Endividamento público: limites e competência. Empréstimos externos. Títulos reajustáveis. Fundos.

Prof. Vanessa Cerqueira R. de Carvalho

8.3. A Execução orçamentária. A Receita: Lançamento. Arrecadação. Recolhimento.

Prof. Vanessa Cerqueira R. de Carvalho

8.4. A Despesa: Empenho. Liquidação. Pagamento. Adiantamentos.: Concessão. Aplicação. Comprovação.

Prof. Vanessa Cerqueira R. de Carvalho

8.5. A Contabilidade Pública: Contabilidade Orçamentária. Contabilidade Financeira. Contabilidade Patrimonial. Contas de Compensação. Demonstrativos de Gestão.

Prof. Vanessa Cerqueira R. de Carvalho

8.6. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Sistemas de controle externo e interno. Tribunais e Conselhos de Contas.

Prof. Vanessa Cerqueira R. de Carvalho

Módulo 9 – Regimes Especiais dos Agentes Públicos

9.1. Regime Administrativo. A contratação temporária para atendimento a situações de excepcional interesse público. A temporariedade da função. A excepcionalidade do interesse público. A permissão constitucional. A legislação.

Prof. Fernando Barbalho

9.2. Regime Militar: Os servidores militares na Constituição. A elegibilidade. A aposentadoria. A investidura em cargo público. A sindicalização e o direito de greve. A filiação a partidos políticos. O ingresso nas forças armadas. Os direitos sociais.

Prof. Farlei Martins Riccio de Oliveira

9.3. O Regime Jurídico do Policial Militar.

Prof. Bruno Boquimpani

9.4. Regime dos Membros do Ministério Público. Ministério Público Federal. Ministério Público Estadual. Ministério Público Especial do Tribunal de Contas.

A Definir

9.5. Regime dos Procuradores do Estado. Procuradores da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas.

Prof. Ronaldo Eduardo Cramer Veiga

9.6. Regime dos Defensores Públicos. Defensoria Federal e Estadual.

Prof. Francisco Viana

Módulo 10 – O Regime dos Agentes da Administração Descentralizada de Direito Privado

10.1. Agentes das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações – regime jurídico dos dirigentes – regime do pessoal celetista – a polêmica sobre o pessoal em comissão.

Prof. Paulo César Melo da Cunha

10.2. Regime dos dirigentes e pessoal dos serviços sociais autônomos.

Prof. Marcos Juruena Villela Souto

10.3. Regime dos titulares e pessoal de cartórios.

Prof. Fernando Leme Weiss

10.4. Regime dos dirigentes e pessoal das Organizações Sociais e Organizações Sociais de Interesse Público.

Prof. Rafael Oliveira

10.5. Regime dos Dirigentes e pessoal da OAB e dos Conselhos de Fiscalização Profissional – a polêmica sobre a personalidade jurídica dos conselhos e seu impacto sobre o regime jurídico de seus agentes.

Prof. Ronaldo Cramer Veiga

10.6. Regime jurídico do pessoal terceirizado e a responsabilidade subsidiária do Estado.

Prof. Flávio Amaral Garcia

Módulo 11 – O Regime das Comissões de Licitações

11.1 Poderes dos Agentes da Administração na Licitação. Deveres dos Agentes. Responsabilidades.

Prof. Flávio Amaral Garcia

11.2. O Presidente e Membros da Comissão de Licitação. As modalidades de licitação e a fase externa – audiência pública, publicação do edital, impugnação, habilitação e recursos. Julgamento: menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance.

Prof. Paulo César Melo da Cunha

11.3. O Assessor Jurídico. Fase interna – requisição, estimativa do valor do objeto, autorização, análise jurídica da minuta de edital e contrato.

Prof. Paulo César Melo da Cunha

11.4. O Pregoeiro - Designação. Requisitos. Competência. A equipe de apoio. Poder de polícia do pregoeiro.

Prof. Márcia Cardoso Trindade

11.5. O Fiscal da Execução do Contrato. A Comissão de Recebimento Definitivo do Objeto Contratual. Teoria Geral dos Contratos – os contratos da Administração. Contratos Administrativos – cláusulas essenciais e prerrogativas da administração. Cláusulas essenciais e prerrogativas da administração.

Prof. Paulo Henrique Spilotros Costa

11.6. Reajuste, revisão e realinhamento de preços.

Prof. Aline Paola C. B. Câmara de Almeida

Módulo 12 – O Regime dos Agentes Reguladores

12.1. Política Regulatória - objetivos e instrumentos; Função Regulatória - Regulação Normativa, Regulação Executiva, Regulação Judicante. Deslegalização.

Prof. Paulo César Melo da Cunha

12.2. Estrutura Regulatória: As Agências Reguladoras. Natureza Jurídica. Criação e extinção. Competência. Dirigentes e Pessoal das Agências Reguladoras. Agências Reguladoras Federais e do Estado do Rio de Janeiro.

Prof. Paulo César Melo da Cunha

12.3. Regime dos Dirigentes das Agências reguladoras.

Prof. Sérgio Luiz Barbosa Neves

12.4. Regime do Quadro de Apoio e Órgãos Jurídicos das Agências Reguladoras.

Prof. Sérgio Luiz Barbosa Neves

12.5. Regime do Ouvidor

Prof. Sérgio Luiz Barbosa Neves

12.6. Controle da atividade regulatória.

Prof. Sérgio Luiz Barbosa Neves

Módulo 13 – Os Agentes Públicos nos Tribunais de Contas

- 13.1.** A competência e a jurisdição dos Tribunais de Contas.
Prof. Marianna Montebello Willeman
- 13.2.** As decisões dos Tribunais de Contas. Impugnação em sede administrativa e questionamento Judicial.
Prof. Marianna Montebello Willeman
- 13.3.** Os Conselheiros. Requisitos para nomeação. Critérios de escolha. Garantias. Prerrogativas. Impedimentos. Responsabilidade. A legitimidade passiva em ação popular.
Prof. Marianna Montebello Willeman
- 13.4.** O julgamento das Contas dos Administradores. Prestação e Tomada de Contas. Execução das Decisões.
Prof. Marianna Montebello Willeman
- 13.5.** Contas Prestadas pelo Governador do Estado
Prof. Marianna Montebello Willeman
- 13.6.** O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Prof. Marianna Montebello Willeman

Módulo 14 – Os Agentes Públicos e o Direito Eleitoral

- 14.1.** O ingresso no serviço público mediante eleição. O direito eleitoral aplicável aos agentes públicos.
Prof. Augusto Henrique Pereira de Souza Werneck Martins
- 14.2.** Os critérios de Inelegibilidade. A posição do Tribunal Superior Eleitoral. Os precedentes.
Prof. Augusto Henrique Pereira de Souza Werneck Martins
- 14.3.** Dos Juízes Eleitorais
Prof. Augusto Henrique Pereira de Souza Werneck Martins
- 14.4.** O Direito Eleitoral e as questões trabalhistas. A relação de emprego do cabo eleitoral.
Prof. Augusto Henrique Pereira de Souza Werneck Martins

- 14.5.** Requisição de servidores para a Justiça Eleitoral. Os integrantes das Mesas Receptoras. A lei eleitoral e a remuneração dos servidores e autoridades pública
Prof. Augusto Henrique Pereira de Souza Werneck Martins
- 14.6.** Os crimes eleitorais. O processo das Infrações.
Prof. Augusto Henrique Pereira de Souza Werneck Martins

Módulo 15 - Os Agentes Públicos no Poder Judiciário

- 15.1.** Os Magistrados
A Definir
- 15.2.** Os Tabeliães. Os Oficiais de Registro
A Definir
- 15.3.** Os Escrivães e Técnicos Judiciários
A Definir
- 15.4.** Os avaliadores Judiciais. Os Contadores. Os Partidores
A Definir
- 15.5.** Os Serventuários Auxiliares. Escreventes
A Definir
- 15.6.** Os serventuários de atribuições especiais: Os inventariantes Judiciais. O testamenteiro e tutor judicial. Os depositários judiciais. Os liquidantes judiciais. Os porteiros dos auditórios. Os oficiais de justiça.
A Definir